



**Eixo:** Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.  
**Sub-eixo:** Sexualidades, identidades de gênero e direitos.

## **CORPOS TRANSGRESSORES: A INSERÇÃO DAS TRAVESTIS NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS CRISE DO CAPITAL**

**TIBÉRIO LIMA OLIVEIRA<sup>1</sup>**

**Resumo:** Esse artigo tem por objetivo analisar a inserção precária das travestis e mulheres transexuais no mercado de trabalho na cidade de Natal/RN. O método de análise utilizado foi o materialismo histórico dialético, com base na técnica de abordagem quanti/qualitativa, bem como a análise bibliográfica e documental. Fez-se entrevistas semiestruturadas com oito travestis trabalhadoras formais, informais e desempregadas. Por meio dessas entrevistas identificou-se as principais precarizações vivenciadas por essa população no mundo do trabalho. Como resultados identificou-se um contingente que vivência contidamente inúmeras violações de direitos, preconceitos e discriminações fruto de uma sociedade capitalista, patriarcal, sexista e racista.

**Palavras-chave:** Travestis e Mulheres transexuais; Mercado de Trabalho e Crise do Capital.

**Resumen:** Este artículo tiene por objetivo analizar la inserción precaria de las travestis y mujeres transexuales en el mercado de trabajo en la ciudad de Natal / RN. El método de análisis utilizado fue el materialismo histórico dialéctico, con base en la técnica de abordaje cuantitativo / cualitativo, así como el análisis bibliográfico y documental. Se hicieron entrevistas semiestruturadas con ocho travestis trabajadoras formales, informales y desempleadas. Por medio de esas entrevistas se identificaron las principales precarias vivenciadas por esa población en el mundo del trabajo. Como resultados se identificó un contingente que vivía con innumerables violaciones de derechos, prejuicios y discriminaciones fruto de una sociedad capitalista, patriarcal, sexista y racista.

**Palabras clave:** Travestis y Mujeres transexuales; Mercado de Trabajo y Crisis del Capital.

### **1 INTRODUÇÃO**

Desde muito cedo as travestis sofrem diversas violações de direitos na sociedade brasileira, enfrentam diversos preconceitos e discriminações, em grande parte, são hostilizadas pela própria família, expulsas de casa, da escola, do trabalho – vidas cuja existência são atravessadas por muitas formas de opressão, exploração e dominação. Tais mecanismos de desumanização

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade de Brasília. E-mail: <tiberio\_berin@hotmail.com>.

trazem diversas consequências para essas pessoas, onde lhes são negadas o direito ao próprio corpo, especialmente o direito à vida.

Historicamente, as travestis foram estigmatizadas na sociedade, sendo atribuídas diferentes marcas preconceituosas à identidade que constroem desde de perspectivas patologizantes à violações de direitos básicos garantidos socialmente pela classe trabalhadora. Diante disso, o presente artigo tem por objetivo analisar a inserção precária das travestis no mercado de trabalho e apresentar as principais violações de direitos que esse contingente vivencia cotidianamente na realidade brasileira.

O ponto de análise dessa análise tem como referência as principais transformações do mundo do trabalho que se complexificam a partir da crise estrutural do capital iniciada nos anos 1970 e que vem ocorrendo em novos ciclos de estagnação na contemporaneidade. Diante desses acontecimentos conjunturais observamos diversos limites e desafios organizativos para a classe trabalhadora, inclusive o combate à opressão e exploração daqueles que sofrem os rebatimentos das expressões da questão social<sup>2</sup> de modo mais intenso, a saber: crianças e adolescentes, mulheres, negros, imigrantes, populações em situação de rua e a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros LGBT.

No que diz respeito às expressões de desigualdades acima expostas, é preciso apontar que as “relações patriarcais de gênero” estruturam na sociedade diversos dispositivos de controle, que rebatem na sociabilidade em decorrência de tudo que foge do padrão considerado tido como “normal”, sendo as travestis consideradas como “minorias<sup>3</sup>” desviantes, assim a sociedade

---

<sup>2</sup> A questão social entende-se como parte das contradições entre capital x trabalho. Está assentada em uma base que tem como modo de produção capitalista, na qual toda riqueza que foi produzida coletivamente é apropriada pelo o burguês, assim essas contradições geram diversas expressões da desigualdade na sociedade. Nesse sentido, deve-se ressaltar que a particularidade da realidade na América Latina, Brasil, que conforme (IAMAMOTO, 2011, 128) diz que “as desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do País têm sido uma de suas particularidades históricas. O “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira. As marcas históricas persistentes, ao serem atualizadas, repõem-se, modificadas, ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo em que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos”.

<sup>3</sup> “O uso de conceitos como “minorias” para caracterizar genericamente grupos vulneráveis que foram alvos de repressão e de opressão, tais como: as mulheres, os negros e os homossexuais, atribuindo-lhes papéis marginais na conquista da democracia, é reproduzir uma

normativa arquiteta a existência binária homem-mulher como regra. Neste ínterim, somente as relações heterossexuais e identidades de gêneros binárias são legitimadas, esse processo de opressão e exploração é síntese da sociedade cissexista <sup>4</sup>– patriarcal – racista e burguesa.

Os resultados que apresentamos nesse trabalho são frutos do processo de pesquisa que realizamos durante pesquisa de mestrado no Programa de Serviço Social na UFRN com a perspectiva de analisar as condições de vida e de trabalho das travestis no mercado de trabalho em Natal/RN. Assim, apresentamos uma síntese que objetiva demarcar o debate acerca das travestilidades no mundo do trabalho e as violações de direitos presentes no cotidiano dessas sujeitas. De tal modo, a pesquisa buscou analisar apenas as travestis e mulheres transexuais com identificação de identidade de gênero no feminino. No processo de pesquisa foram entrevistadas oito travestis com perguntas semi-estruturadas. Como aspecto metodológico apresentou-se como se deu a construção da identidade de gênero, corpo e sexualidade e as principais dificuldades de inserção no mercado laboral.

## **2 CRISE DO CAPITAL E AVANÇO DO CONSERVADORISMO**

O avanço do capitalismo e da sociedade burguesa íntegra na modernidade uma das mais complexas sociedades – produto de relações sociais que se fundamenta no conservadorismo, especialmente após as crises do capital tem-se na sociedade o recrudescimento de práticas violentas contra determinados sujeitos. A análise de desse artigo tem como fundamento que em

---

leitura da época da ditadura. Pelos critérios mais aceitos no Brasil, as mulheres são uma maioria e os negros também. Não se sabe quantos indivíduos existem no contingente de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) no Brasil, mas são dezenas de milhões. Os três grupos supramencionados têm características em comum: são marginalizados, oprimidos e estigmatizados, a partir de marcadores sociais, mas cada realidade merece um tratamento particular para dar conta das especificidades da opressão, discriminação e violências que vivem, cada um à sua maneira, em uma sociedade que ainda é extremamente machista, racista e homofóbica” (CNV, 2014).

<sup>4</sup> Sistema opressor pautado na cisgeneridade como modelo de identidade de gênero tida como normal apenas homem e mulher cisgênero. Opta-se nesse estudo pelo termo cis/trans como uma forma de respeitar as bandeiras de luta do movimento de travestis e transexuais, compreendendo as particularidades desse segmento organizado politicamente, haja visto que essa discussão surge do movimento do real, ou seja, das necessidades de estratégias políticas para conquistas de direito como exemplo a despatologização das identidades trans.

decorrência da mundialização desse sistema, a sociedade se imbricou com outros determinantes sociais para a sua materialização, por intermédio do patriarcado; ou seja, o capitalismo se apropriou da diversidade de raça/etnia, gênero e classe para a sua formação, fazendo uso, até os dias atuais, dessas diferenças para a geração de desigualdades – intrínsecas a esse modelo de desenvolvimento econômico (CISNE, 2018).

A análise sobre a realidade das travestis e mulheres transexuais na sociedade de classe – que se constroem na identidade no gênero feminino, ou seja, gênero esse que tem toda uma carga histórica perpassada de desigualdades sociais, sobretudo na América Latina – necessita de mecanismos para pensar em estratégias de romper com as dimensões da exploração e opressão que sofrem na sociedade capitalista, a fim de “perceber o sujeito da classe trabalhadora em sua totalidade, o que exige desvelar suas particularidades e singularidades” (CISNE, 2014, p. 30).

Entender as distinções que a população Trans\* sofre nesse modelo de sociedade, para pensar a transformação e sua conseqüente superação, são ações que fazem parte da luta de classe, que extrapola o sentido unilateral da visão “extraeconômica” (WOOD, 2006). De fato, não se deve desestimular as lutas anti-patriarcais, anti-racistas, anti-sexistas, compreendendo que estas são enfrentamentos que tem suas especificidades e que geram tensionamento face ao capitalismo, no qual se tem como grande desafio a unidade política dessas pautas em torno da transformação social.

Além das referidas preocupações, outro aspecto importante que levou à pesquisa sobre a inserção das travestis no mundo do trabalho, delimitando a cidade do Natal como *locus* da pesquisa, consiste do Estado do Rio Grande do Norte ser uma das Unidades da Federação (UFs) com maiores índices de transfobia<sup>5</sup>. Neste sentido, Connell (2014, p. 15) atenta que este “é também um assunto difícil de ser abordado, porque o reconhecimento destes indivíduos é frequentemente negado pelo Estado, assim como pelos seus serviços de segurança e saúde”. De tal modo, ao reconhecer os limites do estudo em questão, almeja-se a ampliação da temática em uma perspectiva de

---

<sup>5</sup> Transfobia é o nome dado ao preconceito e a discriminação contra a população TRANS\* – Travestis, transexuais e Transgêneros.

transformação – que contribua para pensar o trabalho como emancipação e não como processo de violações de direitos e desigualdades sociais.

Nesse sentido, o trabalho no modo de produção capitalista é o principal mecanismo de obtenção da riqueza produzida coletivamente, mas que é apropriada individualmente pelo burguês – aquele que detém os meios de produção. Neste sentido, a lucratividade produzida pela força dos(as) operários(as), trabalhadores(as) e/ou camponeses(as) faz parte do modo de produção capitalista que se reproduz mediante o trabalho alienado. Destarte, no referido modo de produção, o trabalho não é mais visto como um caminho para a liberdade e transformação dos seres humanos enquanto ser social, uma vez que:

Quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica maior é a alienação da vida cotidiana e sua reprodução para o restante da vida social, o que faz com que a sociedade burguesa tenha maior nível de alienação e de todas as sociedades precedentes (BARROCO, 2010, p. 180).

Conseqüentemente, na sociedade com alto nível de alienação, são colocados diversos limites organizativos para a classe trabalhadora, principalmente em contexto de crise estrutural do capital, gerando diversas transformações no mundo do trabalho, tais como: a precarização, o desemprego estrutural, a exploração e a opressão daqueles contingentes subalternizados negros, imigrantes, deficientes, mulheres, LGBTs – em especial, as travestis, conforme as condições de subversão da identidade de gênero via divisão sexual/gênero do trabalho.

Diante do exposto, têm-se que as expressões da visão de mundo com base na heterossexualidade como ideologia, que segmenta, inclusive, os espaços do mercado de trabalho permeados pelo preconceito e pela discriminação e alienação – quando o outro (aqui nessa pesquisa refere-se a diversidade) não pode ser visto como membro daquele espaço. Destarte, na sociedade capitalista, o trabalho exerce-se de forma alienada, processa-se com a apropriação individual da riqueza produzida coletivamente para a constituição do lucro sob a forma da superexploração, com forte reprodução da questão social e suas múltiplas expressões, tais como: as violações de direito da

população travesti, a negação do acesso ao mercado de trabalho e o recrudescimento da violência, cujo os direitos são negados via agudização da barbárie contra esse segmento. As precarizações e negações que as travestis sofrem tratam-se de expressões da questão social, ou seja, “a questão social apresenta diferentes aspectos econômicos, políticos e culturais” (IANNI, 1992, p. 94), recrudescendo, especialmente, em tempos de crise do capital.

No entanto, como apresenta Iamamoto (2000, p. 49), tal processo de mudança não atinge somente a economia e a política, mas todas as dimensões da vida social, com destaque para a reprodução de valores conservadores nas relações sociais: “[...] esse cenário, de nítido teor conservador, atinge as formas culturais, a subjetividade, a sociabilidade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias. Estimula um clima de incertezas e desesperanças”.

O estímulo ao conservadorismo se materializa nas diversas violações de direitos. Na presente pesquisa, foi possível analisar que as políticas públicas para a população Trans\* no Brasil ainda são ínfimas devido à base fundamentalista e reacionária, que é hegemônica nos setores políticos da governabilidade brasileira fundados na defesa intransigente da família patriarcal – da propriedade privada e da manutenção dos *status quo*.

De tal maneira, como analisa Iamamoto (2000), tais questões sobre o conservadorismo e o fundamentalismo incidem de forma conservadora na sociabilidade, e são nessas relações que estão inseridas as sujeitas dessa pesquisa: as travestis, em sua maioria, na prostituição, com base nas desigualdades sociais que lhes são colocadas, gerando, conseqüentemente, “a sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em cada um ‘é livre’ para assumir os riscos, as opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais” (IAMAMOTO, 2000, p. 49), principalmente, nas mais diversas situações, pelo não acesso a uma formação de qualidade, observando-se o preconceito que vivenciam nas escolas, nos centros educacionais e na universidade.

### **3 TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS INSERÇÃO PRECÁRIA NO MERCADO DE TRABALHO DE NATAL/RN**

De acordo com a reportagem da revista Carta Capital, “Daniela Andrade, militante e ativista Trans\*, relata como é difícil entrar no mercado formal de trabalho onde 90% das travestis e transexuais brasileiras estão na prostituição<sup>6</sup>” (LAPA, 2013). Sobre tal temática, têm-se ainda as pesquisas realizadas por Benedetti (2005), Pelúcio (2007), Macdowell (2010) e Don Kulick (2007), que apresentam, do mesmo modo, estudos sobre a prostituição de travestis em diversas capitais do país. Neste ponto de vista, vale aqui questionar: onde estão as travestis para além da prostituição? Como se dar a inserção dessa população no mercado de trabalho?

Como inserção empírica e forma estratégica de aproximação sucessiva do objeto de estudo, fez-se uso de diversas abordagens, entre as quais, as necessidades da participação em fóruns da comunidade travestis, participação em congressos, seminários locais e nacionais que proporcionaram essas os resultados aqui expostos. Mapearam-se os espaços de trabalho formal e informal que essa população está inserida na cidade do Natal, além de identificar um grande contingente populacional na condição de desempregadas.

Conforme a pesquisa realizada por Oliveira (2013), em Natal existiam duas associações de travestis, a saber: 1) a Associação de Travestis e Transexuais Potiguares na Ação pela Coerência no Rio Grande do Norte (ATRANSPARÊNCIA); e, 2) a Associação das Travestis Reencontrando a Vida (ATREVIDA), que possuía 150 travestis cadastradas nas associações. Por meio das referidas associações foram possíveis os primeiros contatos com algumas das interlocutoras do presente estudo.

Nesse aspecto é importante apontar alguns elementos sobre o processo de construção da identidade travesti na sociedade latino-americana e pelas informações obtidas nas entrevistas, faz-se importante também destacar alguns elementos da materialidade e das condições de vida dessa população na realidade brasileira. Os estudos de Benedetti (2005), Kulick (2008) e Pelúcio

---

<sup>6</sup> Reportagem da Revista Carta Capital “O preconceito contra Transexuais no Mercado de Trabalho”, Disponível em:<http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que/o-preconceito-contratransexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html#content>. Acesso dia 11 de setembro de 2014.

(2006) foram de grande expressão, sendo possível a análise de alguns aspectos sobre a subalternidade nas condições sociais e de vida que as travestis assumem na sociedade brasileira.

Essa maioria – que muitos brasileiros vêem apenas de relance, à noite, em pé ao longo de avenidas e nas esquinas de ruas mal iluminadas ou nas páginas policiais – forma um dos grupos mais marginalizados, temidos e menosprezados da sociedade Brasileira. (KULICK, 2008, p. 24)

No estudo etnográfico realizado por Kulick (2008) sobre a realidade das travestis na cidade de Salvador, Bahia, identificou-se o quanto essa população é marginalizada e criminalizada naquele lugar, sobretudo, aquelas que vivem do trabalho sexual, lidando constantemente em condição de risco durante a noite e expostas a todo tipo de violências, sem proteção social e/ou resguardas pela segurança.

Já na pesquisa etnográfica realizada por Benedetti (2005) foi possível conhecer alguns aspectos da realidade das travestis na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Segundo aquele autor, as travestis que se prostituem moram em regiões que predominam o trabalho sexual, vivem em hotéis compartilhados com outras travestis, prostíbulos e/ou em pensões, por períodos indeterminados. Dado o cotidiano incerto, as despesas diárias com alimentação, moradia, remédios, roupas e produtos de higiene pessoal podem se transformar em uma dívida difícil de saldar (BENEDETTI, 2005).

Uma das características dessas sujeitas é a transformação do corpo. Por não se identificarem com o gênero que lhes foram atribuídos pelo sistema cissexista, vivenciam diversas transformações no corpo, com a injeção de hormônios femininos e silicone, buscando a visibilidade da identidade gênero travesti. Sobre tal questão, é possível perceber que a:

[...] travesti também não apresenta inconformidade com o seu sexo biológico, exclui a possibilidade de se desfazer dos seus genitais e os identifica como fonte de prazer, mas, simultaneamente com isso, necessita de se caracterizar e de se vestir como o sexo oposto ao seu. (SILVEIRA, 2006, p. 15).

As travestis e transexuais são pessoas que desafiam a ordem binária imposta pelas “relações patriarcais de gênero”, naturalizada pela sociedade. De



acordo com Amanda Palha<sup>7</sup>, a travesti é uma “construção de uma identidade marginalizada no atual modelo de sociedade”. Logo, é possível discordar da perspectiva de “se caracterizar e de se vestir como o seu sexo oposto”, pois tem-se aí uma afirmação que vai além de um caráter performático; é uma questão de elementos psicossocial, cultural e relacional entre a objetividade e a subjetividade que compõe a complexidade e diversidade do ser social em torno das distintas identidades de gênero.

A transformação do corpo e, principalmente, a luta cotidiana que vivenciam para serem reconhecidas como sujeitas de direito denota as contradições da sociabilidade capitalista com o acirramento das desigualdades sociais, uma vez que na transformação do corpo passam por inúmeras violências, e “muitas continuam pobres por toda vida, levando uma existência miserável, morrendo antes dos 50 anos em virtude da violência, do uso de drogas, de problemas de saúde relacionados às aplicações de silicone” [...] (KULICK, 2008, p. 24).

Além do exposto, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), 44% de todos os casos de homofobia letal no planeta, no ano de 2012, ocorreram no Brasil, o que se configura por crime de assassinato contra LGBT's. Em aspectos territoriais, a região Nordeste concentra os maiores índices de homofobia, conforme o mapa da violência homofóbica do relatório do GGB de 2013 – 2014<sup>8</sup>. O mapa apresenta o Estado do Rio Grande do Norte como o 3º mais perigoso para a população LGBT, especialmente para as travestis e transexuais. Segundo as informações da Transgender Europe (TGEU), pode-se identificar que a transfobia é uma expressão da questão social que ocorre em nível mundial. Só no ano de 2009, ocorreram 68 assassinatos<sup>9</sup> contra a população Trans\* no Brasil. Ainda de acordo com esses dados, a maioria dos assassinatos ocorreu na América Latina.

---

<sup>7</sup> Militante do Trans, atualmente é discente do curso de nível superior em Serviço Social, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

<sup>8</sup> Dado disponível no Relatório da violência homofóbica no Brasil realizado pelo Grupo Gay da Bahia. Disponível no site: <<http://homofobiamata.files.wordpress.com/2012/05/o-mapa-gays-570.jpg>>. Acesso em: 16 out. 2014.

<sup>9</sup> Dado disponível na Instituição Não Governamental europeia Transgender Europe (TGEU). Disponível no site <http://www.transrespect-transphobia.org/uploads/images/castellano/TvT-TMM-2009-es.png>. Acesso em: 16 de outubro de 2014.

Nesse sentido, em nível latino-americano, a violência contra a população travesti é assustadora – incluindo desde a ocorrida no ambiente escolar até a sucedida no espaço de trabalho. Ainda de acordo com os dados da Transgender Europe, foram registrados, entre janeiro de 2008 e março de 2014, aproximadamente 1.509 assassinatos contra a população Trans\*, sendo o Brasil o país mais perigoso para população Trans\* com 602 assassinatos<sup>10</sup>.

Os dados materializam o preconceito contra essa população, não como uma forma do sensacionalismo, mas de exposição da concretude da violência transfóbica, a hierarquização da vida social e da barbárie que se exacerba na contemporaneidade, atentando contra a vida das Trans\*. Nesse sentido, considera-se que a violência que atinge esse segmento é para além da violência física, pois se materializa, também, na forma da violência moral e psicológica. A transfobia efetua-se na negação desse segmento aos espaços de trabalho. De acordo com uma das entrevistadas da pesquisa, que sofreu preconceito em um Hospital na cidade do Natal:

Eu fui no Varela e sofri preconceito. É, eu coloquei meu nome por um currículo por uma colega, ligaram para meu telefone, pensando que eu era fulano e não eu era, e sim Jovana, quando chegou Jovana lá fui recebida, mas com olhares e com outros olhares, fiz uma prova e até hoje não fui chamada, tinha vaga, eu tinha feito todas as questões, foi melhor prova, é tanto que uma médica que trabalha comigo falou que eu tinha feito uma boa prova e eu não fui chamada até hoje para a UTI neonatal e pediátrica, é tanto que eu me desaminei, em colocar currículo em outros hospitais (JOVANA CARDOSO<sup>11</sup> – TÉCNICA DE ENFERMAGEM).

Como pode ser analisado, a violência sofrida por Jovana se concretizou em sua dificuldade em se conseguir trabalho devido sua identidade de travesti. O mercado não dá oportunidade de trabalho a esse segmento, dada a construção preconceituosa que não permite a convivência com a diversidade. Outro aspecto presente na fala é em relação ao reconhecimento do nome social; para que Jovana pudesse participar da entrevista de emprego, precisou usar o nome

---

<sup>10</sup> Dado disponível na Instituição Não Governamental europeia Transgender Europe (TGEU). Disponível no site: <[http://www.transrespect-transphobia.org/uploads/downloads/2014/TMM-Map-2014-IDAHOT\\_ES.pdf](http://www.transrespect-transphobia.org/uploads/downloads/2014/TMM-Map-2014-IDAHOT_ES.pdf)>. Acesso em: 18 de outubro de 2014.

<sup>11</sup> Nome fictício.

de uma amiga, pois em sua documentação ainda constava o nome no gênero masculino.

A maioria das travestis reivindica o reconhecimento no gênero feminino, mas a mídia, quando se refere a essas sujeitas, comumente reafirma sua identidade masculina, desrespeitando o nome social e a identidade dessas pessoas. Considera-se essa uma forma de violência institucional e simbólica, reproduzida cotidianamente, sobretudo, em jornais sensacionalistas. É de conhecimento que a mídia tem o papel de disseminar informações que são introjetadas pelas pessoas, no entanto, acaba incorrendo no erro de continuar afirmando os aspectos acima apontados e, dessa forma, desrespeita a identidade das travestis.

As histórias de vida e de trabalho que foram relatadas tiveram grande significado, por proporcionarem uma reflexão a respeito da inserção das travestis no mercado de trabalho, para uma identificação de suas necessidades sociais, das dificuldades, das carências e das precarizações subjetivas<sup>12</sup> e objetivas que enfrentam cotidianamente. As entrevistas revelaram as condições de vida e de trabalho, caracterizadas pela desigualdade social, pela subalternização, pelas violações de direitos, pelas identidades marcadas por processos de enfrentamento à violência, bem como por processos de superação e resistência em face das desigualdades sociais, como pode ser observado no seguinte relato:

A afirmação da identidade travesti traz problemas para nós quando vamos buscar trabalho, eles nos têm como marginais. Assim que você chega lá, você é destrutada, eles já têm um receio, falam rápidos com você, não tem um diálogo, recebem o curriculum sabendo que dali já vai para o lixo. (JANAÍNA DUTRA, ATENDENTE)

De modo que na divisão sexual do trabalho o preconceito é outro fator que se imbrica nessa hierarquização, de exploração e de apropriação dessas integrantes do proletariado. Ele se cristaliza na sociedade na forma de

---

<sup>12</sup> A precarização subjetiva é um conceito que vem sendo construído para explicar as modalidades de exploração e opressão da classe trabalhadora no que se refere a sua subjetividade, isso se expressa nas condições de trabalho. Pesquisas apresentam que “são flagrantes as alusões ao temor do desemprego e, assim, estar empregado, ainda que em uma função que exija esforços sobre-humanos, é apontado como preferível a emprego nenhum. Ou seja, eles estão inseridos em uma lógica em que a única alternativa ao trabalho penoso é o desemprego. Por isso, a necessidade de resistir ao extremo” (BERNADO, NOGUERA & BULL, 2011, p. 87).

concepção dos indivíduos baseada na ordem naturalista, que concebe apenas as identidades homem e mulher cis<sup>13</sup>. Assim,

O fato da sociedade imaginar que só exista pessoas cis e, por extensão, que só devam existir pessoas cis esconde em si mesmo a violência transfóbica. Aliás, trata-se tão somente de um sintoma do quanto às vivências e vozes trans são silenciadas [...] isso tem efeitos devastadores (BEATRIZ, 2016)<sup>14</sup>.

Os efeitos devastadores apontados pela autora efetivam-se na segregação nos espaços destinados às travestis que são hierarquizados e muitas das vezes não aceitam esses corpos transgressores nesses locais, assim os ambientes que muitas vezes empregam essas pessoas são: salões de beleza, casas de festas noturnas, bares (como garçonetes) e/ou escolas (como professoras; aquelas que tiveram acesso à educação), são os locais de trabalhos desvalorizados pela sociedade e que muitas vezes nesses espaços essas pessoas não dão visibilidade ao corpo.

No caso de Jovana Cardoso, que, mesmo tendo concluído o ensino médio e trabalhado anteriormente como cabeleireira, terminado o curso de técnico de enfermagem, ao procurar hospitais privados, nunca foi contratada. Apenas quando foi aprovada em concurso público obteve um trabalho estável. De tal modo, a informalidade constitui-se para as travestis como uma porta de saída, frente ao desemprego ou às áreas, que não exigem qualificação acadêmica, contudo possuem uma restrição no tocante ao gênero, ilustrando, assim, a divisão sexual do trabalho de forma extremamente precarizada. Tal ocorrência pode ser percebida na grande inserção das travestis nos salões de cabeleireiros. No relato a seguir podemos identificar esse modelo:

---

<sup>13</sup> “Cis é prefixo latino, abreviação para cisgênero, significa 'do mesmo lado'. A pessoa cis é aquela que reivindica ter o mesmo gênero que o que lhe registraram quando ela nasceu. Sendo assim, a mulher cis é aquela pessoa que nasceu e foi registrada mulher e se reivindica mulher. O homem cis é aquela pessoa que nasceu e foi registrado homem e se reivindica homem. Veja que em nenhum momento eu falei sobre genital, sobre anatomia ou sobre roupas. Há pessoas intersexos que nascem com as duas gônadas, são registradas por exemplo homens e podem se reconhecer homens, logo, um homem cis; ainda que intersexo. Dado que nem a cisgeneridade e tampouco a transgeneridade, transexualidade e travestilidade são da ordem da morfo-anatomia” (DANIELA, Andrade 2015). Disponível em: <http://www.naomekahlo.com/single-post/2015/04/18/Cis-Trans-Travesti-o-que-significa>. Acesso em 15 de junho de 2016.

<sup>14</sup> BEATRIZ, 2016. Texto: “Afinando a noção de “socialização” e refutando algumas distorções”. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/afinando-a-nocao-de-socializacao-e-refutando-algumas-distorcoes>>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

Trabalhei como cabeleireira por que infelizmente as pessoas não abrem o mercado de trabalho para travesti, você mal ver uma travesti trabalhando, eu acho que sou a única travesti trabalhando no Walfredo Gurgel, tanto que sou motivo das pessoas ficarem apontando (JOVANA CARDOSO, TÉCNICA DE ENFERMAGEM).

A desvalorização desse contingente está relacionada às múltiplas dimensões culturais e sociais construídas sobre elas, sobretudo pautadas por uma sociedade sexista e misógina que subalterniza essas identidades, mesmo as que possuem qualificação profissional, como o caso de Jovanna. Essa é a lógica de inserção das travestis: quando contratadas, se estabelecem nos ditos campos de atuação desvalorizada, ou seja, aqueles pertencentes aos “trabalhos considerados femininos” (FALQUET, 2008), isso ocorre, pois o corpo e o gênero travesti dão visibilidade a uma representatividade do gênero na sua fluidez, o que para sociedade normativa isso revela-se como uma abjeção<sup>15</sup> tendo diversas consequências em seus cotidianos de trabalho.

Nesse sentido, as entrevistas a seguir apresentam alguns desses espaços de inserção das travestis no mercado de trabalho em Natal, e, como pode-se identificar, são locais de desprestígio social:

Já trabalhei como Auxiliar de Serviços Gerais em uma escola da prefeitura. Eles me reconheciam como Janaína Dutra, não tinha preconceito, já busquei empregos em lojas, mas nunca me contrataram (JANAÍNA DUTRA, ATENDENTE).

Tive vários trabalhos. Já trabalhei de vendedora, já trabalhei em oficina, em lojas de móveis. Já tive dificuldades? Já, quando fui para vários salões que perguntei tem vaga para trabalho? E disseram na minha cara – Para travesti não! (CLAÚDIA WONDER, CABELEIREIRA).

As falas apresentadas expõem alguns dos elementos que constituem os “trabalhos desvalorizados”. Funções construídas pela sociedade patriarcal, destinadas ao contingente feminino. Além das enormes dificuldades para

---

<sup>15</sup> Essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito seja circunscrito. (BUTLER, 2000, p. 153).

conseguir empregos, as travestis vivem sob alternância de ocupações ou em uma alta rotatividade<sup>16</sup> das mesmas.

O mundo do trabalho apresenta distinções com relação ao preconceito de gênero/sexo e de sexualidade; no tocante à realidade brasileira, o preconceito exacerbado de um país que tem como formação social o capitalismo com fortes resquícios do colonialismo, a moral hétero/patriarcal, racista. Em particular, no que diz respeito ao lócus dessa pesquisa, a cidade do Natal, há, ainda, o peso de estar inserida no Nordeste, região que possui fortes aspectos da formação colonial coronelista – o novo e arcaico convivem de mãos dadas, essas dimensões fazem parte da estrutura que corrobora para negações de direitos da população Trans\*, inclusive do acesso a uma formação profissional.

A pluralidade nas desigualdades sociais e materiais que as travestis enfrentam no Brasil está, sobretudo, na negação do direito de inserção no mercado de trabalho. Nesse tocante, reflete-se: quantas travestis estão postas nos espaços educativos do país? Quantas travestis estão no ensino superior? Quantas são advogadas? Quantas vezes vê-se uma travesti médica, atendendo? Enfermeiras? Engenheiras? O seguinte relato expressa as dificuldades encontradas devido ao preconceito que enfrentam no cotidiano:

Procurei trabalho nas lojas, procurei em fábricas, procurei em restaurantes, procurei através de sindicatos de empregos aqui de Natal, e todos foram negados, cheguei a trabalhar na fábrica da Riachuelo daqui de Natal, mas foi temporário, foi horrível. Já ouvi diversos relatos de amigas minhas que foram fazer entrevistas para o call center de telemarketing, de terem passado na prova, recebem a ligação que foram aprovadas, mas para começar a trabalhar efetivamente nenhuma conseguiu (KÁTIA TAPETY, DESEMPREGADA).

A fala de Kátia Tapety apresenta de forma sucinta as dificuldades que as travestis enfrentam em Natal/RN, para conseguirem trabalhar formalmente.

---

<sup>16</sup> Antunes (2010) apresenta as características dos trabalhadores informais tradicionais como sendo trabalhadores “ocasionais” ou “temporários” – realizam trabalhos informais quando estão desempregados os típicos “bicos”, mas tem por objetivo retornar ao trabalho assalariado – alguns são digitadores, faxineiras, salgadeiras, cabeleireiras, principalmente pelas dificuldades encontradas em tempos de crise. De modo que a sociedade impõe diversas barreiras para a inserção das travestis nos trabalhos formais.

Como ela, diversas travestis encontram-se frente à mesma problemática, um paradoxo que vai de encontro aos princípios norteadores da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>17</sup>.

De tal maneira, Kátia, ao enfrentar tantas dificuldades, viu como saída migrar para São Paulo a procura de trabalho; o preconceito vivenciado em Natal está diretamente ligado à decisão de ir para São Paulo. Como relatou, a entrevistada buscou, em diversos locais, empregos, distribuiu currículos, participou de entrevistas, porém não alcançou seu objetivo de conquistar uma vaga no mercado formal de trabalho. Conforme expõe Katia, a afirmação da identidade travesti traz intercorrências na hora de procurar trabalho:

É bastante difícil entrar no mercado de trabalho sendo travesti, de início eu só consegui entrar gradativamente porque minha tia era gerente de um hotel que eu trabalhava, fui recepcionista durante 6 meses, eu era tratada pelo meu nome social lá dentro, sendo que assim todo canto tem discriminação as outras funcionárias sabiam que eu era trans, tinham clientes assim que percebiam aos pouco, mas se eu sofri algum tipo de discriminação não foi diretamente, olhares eu notava um pouco, mas de alguém chegar diretamente pra mim e falar algo nunca aconteceu, mas é bastante difícil (KÁTIA TAPETY – DESEMPREGADA).

Diante de tal problemática, pode-se inferir que a sociedade hétero/patriarcal, racista e cissexista não baseia-se na perspectiva de inserir as travestis nos espaços de trabalho formal, aumentando, assim, o desafio de inserção dessa referida população. Desse modo, as chances de uma travesti exercer uma profissão formal, mesmo uma considerada “desvalorizada”, são mínimas. A visibilidade dessa identidade de gênero não está de acordo com as normas binárias, impostas por suas relações patriarcais de gênero. Assim, o preconceito formado e o estabelecimento da rigidez traz diversas impossibilidades para a população Trans\*.

A divisão sexual do trabalho constrói uma hierarquia que reproduz as desigualdades que o contingente feminino sofre, mediante dicotomias geradas pelas relações pautadas na dominação, na opressão e na exploração. Sabe-se

---

<sup>17</sup> 1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual. (Artigo 23 – Da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

que para uma mulher cis-heterossexual conseguir sua inserção nos espaços empregatícios, seu acesso aos direitos conquistados socialmente pela classe trabalhadora, a obtenção de salários iguais aos homens e proteção social, é um desafio. Quando o foco são as travestis, que dão visibilidade a sua identidade de gênero, a situação se complica ainda mais, principalmente em contextos adversos em tempos de reestruturação produtiva, que leva ao aumento no número de desempregos em ordem estrutural e o aviltamento do conservadorismo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em termos de considerações aponta-se que as travestis, no Brasil mediante organização coletiva essas sujeitas marcam a partir de seus enfrentamentos e vivências elementos fundamentais que colaboram para o rompimento de saberes hegemônicos pautados na dominação de aspectos conservadores sobre a matriz de intelegibilidade de gênero e sexo, essas que à revelia dos processos de dominação inscrevem nas histórias cotidianas de enfrentamento contra marcas deterministas, por via das transgressões.

Combate a transfobia: Em nível de América Latina, a violência contra a população travesti como identificou-se na pesquisa, é algo alarmante, isso se reflete desde as violências que passam nas escolas como nos espaços de trabalho em decorrência dos assédios morais e até mesmo sexuais sobre seus corpos. De acordo com os dados da Transgender Europe, foram registrados entre janeiro de 2008 a março de 2014 aproximadamente 1509 assassinatos contra população Trans\*, registrando a América Latina como continente mais transfóbico de todos os continentes, assim o Brasil configura-se como o país mais perigoso para população Trans\*, com 602 assassinatos<sup>18</sup>. É preciso a retomada das discussões e articulações para a aprovação do PLC 122 Lei de Combate a LGBTfobia no Brasil, articulado com outros programas que permita o combate a toda forma de preconceito e discriminação contra a população LGBT, sobretudo contra a população Trans\*;

---

<sup>18</sup> Dado disponível na Instituição Não Governamental Transgender Europe (TGEU) disponível no site: [http://www.transrespect-transphobia.org/uploads/downloads/2014/TMM-Map-2014-IDAHOT\\_ES.pdf](http://www.transrespect-transphobia.org/uploads/downloads/2014/TMM-Map-2014-IDAHOT_ES.pdf). Acesso dia 18 de outubro de 2014.



Profissionalização, acesso à educação: como apresentou-se nos dados da pesquisa de campo e entrevista com a presidente da ANTRA, Cris Steffany, as travestis ainda vivem em condições marginalizadas no mundo do trabalho, e ao mesmo tempo sem programas de políticas voltadas para a qualificação dessas sujeitas. Porém, deve-se pautar a necessidade de políticas públicas na educação com ampla discussão entre professores, funcionários, estudantes sobre temáticas da diversidade sexual, identidade de gênero, relações de gênero que permitam aos estudantes uma formação emancipadora e o respeito a diversidade humana. Uma educação que permita as travestis e transexuais permanecerem com qualidade, sem sofrerem opressões, discriminações nos espaços educacionais sejam nas escolas ou nas universidades, pois conforme pesquisa realizada por Oliveira (2013), aproximadamente 70% das travestis no Rio Grande do Norte não foram alfabetizadas.

Acesso ao mercado de trabalho formal: como aponta a ANTRA 90% das Travestis sobrevivem da prostituição, isso devido a inúmeros fatores sociais, culturais, econômicos e políticos que atingem essas pessoas. É preciso que as travestis e transexuais tenham o direito de se profissionalizarem, ter acesso as universidades, onde possam conquistar seus sonhos de serem professoras, médicas, advogadas, enfermeiras entre tantas outras profissões para além dos tidos “trabalhos desvalorizados” (FALQUET, 2008), e que a prostituição não seja uma regra destinada a essas pessoas. O Estado deve fomentar políticas públicas para formação dessas sujeitas, mais mecanismos de inserção das travestis e transexuais nos espaços de trabalho formais, com acesso aos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Conclui-se que as Travestis com sua organização política e inserção nos movimentos sociais denunciam cotidianamente a barbárie posta pelo recrudescimento da transfobia em nível nacional, que se materializam nas violências físicas e psicológicas; nas negações dos espaços de trabalho; nas reivindicações por políticas públicas de combate as violências praticadas contra as travestis. O desafio posto é a articulação das pautas de luta que tenham como horizonte o enfretamento anti-capitalista, anti-patriarcal, anti-racista e anti-sexista e anti-transfóbico.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 11-20, 2010.

BARROCO, M. S. L. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: \_\_\_\_\_. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo, Cortez, 2010.

BENEDETTI, M. R. **Toda Feita: o corpo e o Gênero das Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERNARDO, M. H.; NOGUEIRA, F. R. C.; BULL, S. **Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva**. Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Psicologia, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo Educado: pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2000.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatórios Textos Temáticos/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, 2014.

CONNELL, R. Questão de Gênero e Justiça Social. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.4, n. 2, p.11-48, jan./jun. 2014.

FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**, [S.l.], v. 13, n. 1-2, p. 121-142, 2008.

\_\_\_\_\_. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano VI, n. 5, 2012.

\_\_\_\_\_. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas. **Revista Crítica Marxista**, [S.l.], n. 36, p. 9-25, 2013.

KULICK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Tradução Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias, alterações no “mundo do trabalho” e Serviço Social. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 6, jan./jun. 2000.

\_\_\_\_\_. Estado, Classes Trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I. et al (Org.) **Política Social no Capitalismo**: tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

MACDOWELL, P. de L. **O espaço degenerado**: ensaio sobre o lugar travesti na cidade modernista. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, T. L. **Travestis e o Direito à Cidade**: sujeitos transgressores em uma sociabilidade perversa. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

WOOD, E. **Democracia contra Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2006.